



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XVII — Nº 175 — S. PAULO, JANEIRO-FEVEREIRO DE 1973 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5º ANDAR - S/ 50 — CAIXA POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

AS MÃOS ENVENENADAS DO COLONIALISMO

É em vão que a camarilha colonialista procura negar a sua responsabilidade na morte de Amílcar Cabral. Nada adiantará recorrer, como é seu costume, à criação de fantasiosas teorias que atribuem a outras mãos, a serviço de outros interesses, a execução do crime.

Encurralados nos limites cada vez mais estreitos de uma situação histórica sem saída, incapazes de compreenderem que todos os seus problemas e frustrações resultam da natureza aberrante daquilo que tentam salvar — a estrutura fascista e colonialista do estado português — Marcelo Caetano e seu grupo vivem dominados pela vontade irremediável de destruir tudo o que indetificam como fonte de sua insegurança. A feroz repressão aos anseios de liberdade do povo português e a indescritível barbaridade com que têm tentado sufocar a vontade de independência dos povos da Guiné, de Angola e de Moçambique são exemplos permanentes dessa obsessão dos homens do regime. E eles são incapazes de compreender uma outra coisa: que a vontade dos povos transcende tudo o que possam representar individualmente os seus líderes. Essa incapacidade de compreender tem-se traduzido numa série de crimes traiçoeiros e inúteis que agora se prolonga no assassinio do secretário geral do PAIGC.

Estupidamente, pensaram paralisar a luta do povo português assassinando o general Humberto Delgado. Possuídos da mesma estupidez, pensaram deter a luta de libertação do povo de Moçambique eliminando Eduardo Mondlane. Mas nem o povo português deixou de se opor com crescente determinação ao poder fascista nem o povo moçambicano, sob a bandeira da FRELIMO, deixou de desenvolver, com o sucesso de que o Mundo inteiro é testemunha, a luta pela sua independência nacional.

Assassinando Amílcar Cabral, o colonialismo realizou um dos objetivos que o levaram à vergonhosa e fracassada invasão da República da Guiné em 22 de novembro de 1970. Ninguém precisa ser profeta, no entanto, para prever que os povos da Guiné e Cabo Verde cumprirão até ao fim a tarefa da libertação da sua Pátria, guiados pelo seu ideal e sob a orientação do partido revolucionário que ele lhes legou — o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE.



"Desesperados com o malogro da sua política de guerra colonial em Moçambique, em Angola e no nosso país, os colonialistas portugueses, sempre apoiados pelos seus aliados imperialistas e racistas, recorrem agora à liquidação física dos nossos povos para tentar deter a nossa luta de libertação nacional" — Amílcar Cabral, em 1969, referindo-se ao assassinato do presidente da FRELIMO Eduardo Mondlane.

Ruy Gomes impedido de entrar em Portugal

Os actos de Marcelo Caetano acabam, mais uma vez, de desmentir grosseiramente suas promessas de "liberalização". No dia 30 de dezembro, o Prof. Ruy Luiz Gomes foi sumariamente impedido pela PIDE/DGS de desembarcar no aeroporto de Lisboa e forçado a seguir para Paris.

Exilado há quase 15 anos, o prof. Ruy Luiz Gomes tomou a decisão de voltar à Pátria por alguns dias ao saber que o arquiteto Lobão Vital — corajoso democrata e seu velho amigo

— havia sido acometido de doença grave.

As autoridades consulares portuguesas do Recife, como é da praxe, negaram-lhe o passaporte comum, entregando-lhe um com validade apenas para Portugal. Essa estranha exclusividade, que constitui uma flagrante violação dos princípios da Declaração dos Direitos do Homem, da Carta das Nações Unidas, subscrita pelo governo de Lisboa, não foi suficiente para permitir que a PIDE se conformasse com a volta de Ruy Luiz Gomes.

Os esbirros de Caetano temiam que a simples presença do eminente democrata em Portugal — Ruy Luiz Gomes dirigia-se ao Porto — se constituisse em factor de mobilização popular contra o regime. A avallar pelo número de amigos e admiradores que o esperavam em Lisboa e no Porto, os temores pidescos eram justificados. Resultado: não pôde desembarcar no único país para o qual seu passaporte era válido...

Antes da intervenção da PIDE, Ruy Luiz Gomes trocou algumas palavras com jornalistas que compareceram no aeroporto da Portela para o abraçar: Manuel de Azevedo, Sottomayor Cardia, Raul Rego, Bâcelar, etc.

Protestando contra a violência de que foi vítima, o ilustre líder democrático enviou a Marcelo Caetano o seguinte telegrama:

"Ruy Luiz Gomes, com passaporte válido expressamente para Portugal vem reclamar perante V. Exa. acto ilegal que o impediu de entrar no País. Espero ainda V. Exa. não queira iniciar Ano Novo acrescentando a tantas violências contra signatário a violência maior de lhe negar direito conviver seus concidadãos em sua própria Pátria" — Paris, 31 de Dezembro, Ruy Luiz Gomes.

OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8.30 em 50 metros; das 20 às 20.30 e das 22.13 às 22.43 em 32 metros; e das 0.30 às 0.50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13.30 em 19.20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

73, Ano da Unidade

1972 foi um ano desastroso para o fascismo e o colonialismo portugueses. 1973 será um ano pior para Caetano e sua camarilha. O isolamento da ditadura fascista é cada vez maior, a sua política económica faliu, a corrupção atinge níveis recordes nas altas esferas do regime, a Guiné vai proclamar a sua independência. A acumulação de derrotas políticas, económicas e militares atingiu tamanhas proporções que Caetano teve de moderar a sua arrogância e mudar de estilo. Agora, pede fé e fala de esperanças em tom lamentoso.

Segundo o próprio Fundo Monetário Internacional, Portugal bateu entre maio de 71 e maio de 72, o recorde europeu, em matéria de inflação: o índice de preços ao consumidor subiu 14,2%. O deficit da balança comercial, já astronómico, ampliou-se ainda mais. A emigração maciça para os países industrializados da Europa Ocidental continua despovoando o país, como até mesmo Caetano confessa. As despesas de guerra elevaram-se (e com elas os impostos indirectos que pesam sobre as massas populares) e a dívida pública continua crescendo em espiral. Outro pesadelo para o fascismo: as consequências para a economia portuguesa da ampliação do Mercado Comum Europeu.

Durante o ano findo, o movimento de repúdio e condenação do colonialismo português assumiu caracter universal. Os patriotas guineenses, angolanos e moçambicanos foram reconhecidos pela Comissão de Descolonização da ONU como legítimos representantes dos seus povos. Mais significativo ainda é o fato de Kurt Waldheim, Secretário Geral das Nações Unidas, ter afirmado, enfaticamente, que as medidas que vierem a ser adoptadas para enfrentar o terrorismo internacional não serão aplicáveis às colónias portuguesas, onde os respectivos povos se batem pela auto determinação e independência.

Marcelo Caetano reage a essa sucessão de derrotas com nova escalada repressiva. E às críticas que surgem de todo lado responde com citações de poemas do século XVII (escritos durante a ocupação espanhola) censurando o vício dos portugueses de tudo discutir. Portugal é, realmente, um país ocupado e Caetano e seus generais têm motivos para se sentirem como opressores estrangeiros.

Más para o fascismo e o colonialismo, as perspectivas, no ano que se iniciou, são boas para as forças democráticas. A ten-

dência para o aumento das lutas populares é irreversível. Grandes vitórias estão ao alcance do povo português. Mas é uma ilusão acreditar que o fruto está maduro e cairá por si mesmo. Para que o fascismo se destrua são necessários os esforços conjugados das massas trabalhadoras e de todas as forças anti-fascistas. O desconhecimento dessa evidência no passado, foi paga por um alto preço. Mais do que nunca, a debilidade do adversário exige que a oposição democrática supere suas próprias debilidades orgânicas, os preconceitos que dificultam a unidade de ação e uma clara definição de objetivos.

Estamos num ano "eleitoral". A longa experiência acumulada traz-nos a certeza de que o regime montará mais uma vez o circo a seu gosto e com regras de jogo próprias para que a futura Assembléia seja como as anteriores, uma Assembléia povoada de representantes do fascismo. Mas a mesma experiência ensinou também às forças democráticas que o período da "campanha eleitoral" é uma época propícia a grandes lutas, uma época de mobilização de massas, de diálogo mais aprofundado com o povo, de denúncias da corrupção do sistema, dos seus mecanismos repressivos, da dependência dos grandes monopólios estrangeiros, da existência de bases militares e tratados que transformam Portugal em apêndice imperialista, de denuncia, numa palavra, de todos os males do fascismo e do colonialismo. Uma época de confraternização democrática, de desafio frontal ao sistema.

Urge, portanto, que desde já sejam desenvolvidos os esforços indispensáveis à reestruturação do Movimento Democrático em novas bases, no quadro de uma frente unitária que englobe todas as forças autenticamente anti-fascistas e anti-colonialistas. As perspectivas nesse sentido são excelentes. Trabalha-se já na formação de comissões de base intimamente ligadas ao Povo. Portugal Democrático, coerente com sua permanente defesa de uma unidade actuante, dirige um apêlo a todos os partidos, grupos e personalidades da oposição democrática para que superem suas divergências e cheguem o mais breve possível a um acordo que torne realidade uma plataforma política de ação voltada para a solução de dois problemas fundamentais da actual conjuntura: a inexistência das liberdades e direitos mais elementares e a guerra colonial. Se a unidade se realizar em torno desses dois pontos capitais, o fascismo e o colonialismo serão derrotados.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

movimentos
a, Angola

da Costa
lois anos
missão de
ações Uni-
mentado
res prati-
onistas
fésas na

enfrentar
icéis pro-
declara-
Organiza-
esenvolvi-
E), recen-

atores em
risão feita
ão a que-
ão econó-
s frequen-
nsiderado
s elevados

presentado
Dias na
va do 10.^o
da Orga-
le Mulha-
falaam

ma a in-
relatório
que tente-
o da Cos-
mbros da
tólica em
rem sobre
s pelo e-
m sua co-
colónia

ana mes-
nsiva em
o das ali-
io distrito
guerra em
azo ames-
militares
o Sul", es-
diretor do

que publi-
agosto a
assinio de
ado, indi-
el de cada
a prepara-
e, que, en-
vendo em
a proteto-
por Marce-

elicópteros
o solo, na
m Moçam-
da FREL-
bro.

CRÁTICO
a de "Por-
teada pela
Páscua, po-
ossa reda-
quiriu o bi-

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Dna. Theres Badaró, 488 - 5º Sala 50
PORTE PAGO - ECT - DR - SP

Civilizando á Maneira de Salazar Pequenas Noticias

BASIL DAVIDSON

Quando nos referimos ao atraso dos regimes portugueses na África, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira disse-nos: "nós (portugueses) respondemos que as nossas províncias africanas são mais desenvolvidas, mais progressivas em todos os aspectos do que qualquer território recém-independente na África ao Sul do Saara, sem qualquer excepção. Esta declaração e outras semelhantes sobre a "África portuguesa" podiam parecer um pouco exageradas mesmo à luz dos princípios da propaganda de Hitler que sustentava que a maior mentira era sempre a que produzia maior efeito. Mas o dr. Nogueira certamente não pensa assim, pois já nos disse em seu livro que "o bloco africano reconhece que Angola e Moçambique estão na vanguarda do desenvolvimento na África Negra", se bem que tal confissão, que eu saiba, ainda não apareceu escrita em parte nenhuma.

É possível ir além da propaganda do regime e descobrir o que as suas administrações coloniais têm realmente feito para tornar válidas tais afirmações de progresso? Nos últimos anos isso tem sido extremamente difícil se não totalmente impossível. Observadores suspeitos de assumirem uma atitude crítica, ou não podem viajar em áreas sob o controle português ou não podem fazê-lo com suficiente liberdade: se houve algumas excessões, elas apenas comprovam a regra. Aparte esse tipo de dificuldade em coletar factos, tem havido outra, em vários sentidos ainda maior; a quase completa ausência de estatísticas e outras formas quantitativas de informação, ou pelo menos de informação fidedigna.

Agora parece que o regime de Lisboa, forçado pelas guerras coloniais que não venceu, pode ter começado a compreender que fazer apenas grandes proclamações, protegido por uma "barreira de silêncio", não é a melhor maneira de apresentar as suas "realizações africanas".

Seja como for, há conscienciosos e patrióticos *scholars* portugueses que têm deplorado a falta de informações e tentado preencher esse vazio. O mesmo se depreende, uma vez mais, de um notável inquérito sobre factos relativos à "aculturação rural", cujo primeiro volume foi concluído recentemente por uma equipa portuguesa, sob a supervisão geral da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, com dez anos de existência, e que, graças, suponho eu, a algum amável mas desconhecido amigo português nessa parte do mundo, chegou recentemente à minha mesa de trabalho.

Realizado em 1970-71, este louvável inquérito utilizou ... 24.194 cartões perfurados para computação dos dados relativos às respostas colhidas em 153 aldeias nas áreas rurais de actividade agrícola e em 632 núcleos de povoações em áreas onde a criação de gado é de maior importância. O inquérito total cobriu áreas superiores a metade do território de Angola, não tendo sido possível estendê-lo ao resto do território por "razões de força maior", ou, noutras palavras, pela falta de controle português em face das pressões políticas e militares do movimento nacionalista. A maior parte do Norte desta vasta colô-

nia foi assim excluída do inquérito, e toda a parte Leste excepto a região nordeste do distrito de Lunda e a região mais ao Sul do distrito de Cuando-Cubango.

Não se pode, num breve comentário, fazer justiça à informação admiravelmente pormenorizada assim produzida, nem ao valor das implicações que podem ser deduzidas e que, esperamos, serão analisadas num volume posterior. Aqui, finalmente, temos a chave para o começo de uma apreciação da situação colonial em Angola e dos efeitos da política colonial desde que Lisboa enveredou pelo caminho da guerra contra o nacionalismo africano no início da década de 60. Um desses efeitos, por exemplo, tem sido o intenso esforço para "reagrupar" a população rural em "novas aldeias" onde o controle policial e militar podem ser reforçados contra a "infecção da guerrilha". Isto está refletido com muita evidência no estudo. Mais da metade das 153 aldeias onde foi realizado o inquérito apresentaram "idade" inferior a 9 anos, e 30 por cento delas foram fundadas depois de 1968.

Destas 153 aldeias, 66 possuíam uma escola de qualquer espécie; duas chegavam a ter alguns elementos dos primeiros anos do curso secundário. Em 56 casos as escolas tinham menos de 7 anos de existência, e em 21 casos menos de 3 anos, outra indicação das pressões exercidas pelo movimento nacionalista.

Uma grande parte dos dados dá a verdadeira medida da "aculturação" entre as populações rurais que formam a esmagadora maioria da população africana de Angola. Um terço dos "chefes de família" inquiridos na zona agrícola não tinha qualquer conhecimento da língua portuguesa; outro terço tinha "muito pouco". A medida da aculturação linguística entre "outros adultos" era muito menor: noventa por cento deles não tinha qualquer conhecimento da língua portuguesa; 4 por cento tinha "pouco conhecimento". Entre os chefes de família, cerca de 8,5 por cento sabiam ler "mais ou menos" alguma língua (não necessariamente o português), enquanto que 4,3 por cento sabiam ler "bem". Entre "outros adultos", mais de 90 por cento não sabiam ler nada em nenhuma língua.

Os pesquisadores também fizeram um certo número de perguntas sobre conhecimentos gerais de nível muito elementar. A incapacidade para responder a essas perguntas foi tão grande que é caso para pensarmos se não foi apenas uma simulação de

ignorância da parte dos africanos. A pergunta "o que é Luanda?" apenas 22,7 por cento dos chefes de família nas aldeias deram resposta certa (capital de Angola). Entre os chefes de família das áreas de criação de gado a resposta correta foi dada por apenas 5,9 por cento. A pergunta "o que é Lisboa?" foi corretamente respondida por apenas 9 por cento dos chefes de família e por 1,9 por cento de "outros adultos", enquanto que a resposta certa entre os chefes de família das regiões de pecuária alcançou exactamente o índice de 0,728 por cento. A pergunta "o que é a Europa?", 94 por cento dos chefes de família das aldeias não foram capazes de dar qualquer resposta (ou pelo menos não a deram), enquanto a mesma proporção para "outros adultos" foi de 98 por cento, e assim por diante. Ao longo de um total de 500 páginas, o volume está repleto de indicadores deste género.

Estes indicadores mostram muito sobre a natureza da ordem colonial, assim como sobre a realidade que existiu e continua a existir por detrás das alegações de "missão de aculturação" de Portugal feitas pelos expoentes do regime salazarista como Franco Nogueira.

Muitas outras coisas, evidentemente, se podem deduzir. Os nacionalistas, por seu lado, verão confirmada a sua própria tese de que o grau real de "desafricanização" foi muito pequena ou até desprezível, especialmente no que respeita aos nove décimos das populações rurais. Amílcar Cabral acaba de afirmar a mesma coisa, na sua maneira incisiva, num texto enviado a um seminário da UNESCO em Paris, mas não lido por ele, porque, segundo parece, o governo francês lhe recusou visto para tempo superior à duração do seminário. "... Em face da ação destrutiva da dominação imperialista, a massa do povo preserva a sua identidade, diferente e distinta da do poder colonial".

(in West Africa, Lagos, Nigéria)

Natal do Preso Político

Transporte	790,00
Joaquim José	20,00
Joaquim Quitério	10,00
João Henriques	200,00
Nicodemus Bastos	50,00
Fernando Soares	30,00
José Mateus	30,00
Francisco Vidal	20,00
Alvaro P. Egea	5,00
María da Silva	10,00
a transportar	1.165,00

historiador inglês faz uma lucida análise da situação existente em Angola, onde esteve há dois anos, em visita aos territórios libertados pelos combatentes do MPLA.

* Apesar do rigor da censura, o povo português tomou conhecimento das últimas e graves derrotas sofridas em Moçambique pelas tropas de Kaulza de Arriaga. A ofensiva desencadeada pelo FRELIMO teve a maior repercussão entre a opinião publica. Durante uma série de ataques conjugados a aquartelamentos do Norte foram destruídos na Mueda vários aviões e helicópteros. Tete foi também bombardeada. Dezenas de misséis atingiram a cidade, provocando pânico entre a população branca e desmoralização nos quartéis.

* A FRELIMO abriu uma nova frente de batalha em Manica e Sofala, no centro de Moçambique. Houve combates inclusive nos arredores de Vila Gouveia e Samora Machel, presidente da FRELIMO, anunciou a libertação de milhares de prisioneiros de guerra e de populares encarcerados nos "aldeamentos estratégicos", eufemismo que serve para designar os campos de concentração criados pelas autoridades colonialistas.

* Numerosos funcionários públicos foram demitidos por haverem manifestado solidariedade ao movimento "Vigília da Paz", promovido numa igreja de Lisboa no dia 31 de dezembro por católicos progressistas. Os organizadores da iniciativa exigiram paz em África e o fim das guerras coloniais. A PIDE-DGS deteve 80 pessoas que participaram na "Vigília". Posteriormente anunciou-se a demissão de funcionários públicos e o ministro do Interior, o romboédrio Rapazote, qualificou a solenidade de "acto de traição à Pátria".

* Em Lisboa iniciou a sua publicação, no começo de janeiro, um novo semanário, O Expresso, dirigido pelo deputado Francisco Pinto Balsemão, ligado ao chamado grupo SEDES e membro da facção parlamentar que tem merecido críticas de Caetano por nem sempre respeitar a rígida disciplina do sistema, manifestando o seu inconformismo de várias maneiras.

* Centenas de advogados assinaram um documento dirigido a Marcelo Caetano, protestando contra o decreto que remodelou a PIDE dando-lhe poderes para substituir os advogados nos interrogatórios de presos por defensores ad hoc e testemunhas.

* Na Holanda a "Tulipa Vermelha", a exemplo do ano anterior, promoveu uma campanha de informação sobre a situação dos presos políticos, recolhendo também fundos destinados aos mesmos. Para esse efeito, editou um folheto de 20 páginas, em holandês, intitulado "Marteligen in Portugal" (A tortura em Portugal). Quem desejar contribuir pode fazê-lo através de Postgiro 2465235, Holanda, ou em Amsterdam, para Gem giro T 9850 t.n.v. penningm, Tulipa Vermelha. Os donativos podem igualmente ser enviados para Tulipa Vermelha, post bus 12039, Amsterdam, Holanda.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.
SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS
RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42
Telefones: — 32-4882 e 37-2774
SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL
SAO PAULO
Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

PORTUGAL DEMOCRATICO
PORTE PAGO - ECT - DR - SP
Rua Libero Badaró, 488 - 5.º Sala 50
SAO PAULO - BRASIL
Endereços de Assinantes